



# Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 152ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1977

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni e secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Ruppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor EDVINO WISNIEVIES, ocorrido na cidade de Rio Negro, que muito fica a dever ao extinto pelos assinalados serviços prestados ao município, quer na iniciativa privada, quer na vida pública.

Requer-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor JOÃO DE OLIVEIRA BRAZ, ocorrido na cidade de Rio Negro, que muito fica a dever ao extinto pelos assinalados serviços prestados ao município, quer na iniciativa privada, quer na vida pública.

Requer-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de congratulações ao Doutor ARAMYS BERTOLDI, médico paranaense, pelos seus relevantes serviços profissionais, que vem prestando ao Esporte do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

O voto de congratulações que ora apresentamos, visa homenagear o brilhante médico paranaense, Doutor Aramys Bertoldi, que em sua profissão, vem, sobremaneira, prestando relevantes serviços aos profissionais e amadores do Esporte no Paraná.

Nada mais justo o que propomos, reconhecendo na pessoa desse ilustre médico o valor e o testemunho do seu trabalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais da Casa, a passagem, no dia de hoje, do centenário de nascimento do Sr. José Lacerda.

Da decisão da Casa, requer, outrossim, seja dado conhecimento à família, na pessoa da viúva Sra. Cecília Brito de Lacerda.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

#### INDICAÇÃO:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica o Senhor Deputado Nelson Buffara, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Senhor Deputado Fidelcino Tolentino.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, inscrito.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Deputado Nelson Maculan, da bancada do MDB, na Câmara Federal.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidentes, Srs. Deputados.

Ocupamos este horário do Pequeno Expediente, para registrar nos Anais da nossa Casa, o centenário de nascimento de José Lacerda, homem de tradicional família paranaense, industrial, que nasceu na cidade da Lapa e donde do seu matrimônio com a sua senhora, a viúva Cecília Brito de Lacerda, legou ao nosso Estado, legou ao Paraná os seus filhos, homens que militam em nosso Estado em vários setores profissionais, empresariais e homens que dignificam o nome do saudoso José Lacerda.

E, nesta oportunidade, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para enaltecer a figura ilustre, a figura saudosa de José Lacerda, homem que deu exemplo de trabalho, exemplo de dedicação, exemplo de amor à causa pública. E, neste dia em que comemoramos o centenário de seu nascimento, não poderia deixar de,

como representante do povo, fazer esta menção, desta tribuna, ocasião em que encaminharemos à Mesa um requerimento, enaltecendo a figura do nosso homenageado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “Julgamos que é sempre oportuno falar sobre o esporte que se pratica em nosso país, eis que, nos dias de hoje, constata-se que há muito mais interesse e muito entusiasmo pelos esportes mais variados, sobretudo no seio das classes estudantis. É desnecessário repetir, mas não custa lembrar, a importância que representa para a nação a formação de uma juventude sadia e vigorosa, física e espiritualmente, e que, pela sua saúde física e mental, se preocupe cada vez mais com as disciplinas dos seus cursos. O esporte auxilia, coopera, participa no sentido de tornar o homem mais perfeito, mais saudável, e em decorrência, mais humilde, mais respeitador e mais disciplinado perante as leis, perante a sociedade, perante a família e perante os poderes constituídos que representam as forças que regulam as leis do país.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. — Ocorreu, em Toledo, na primeira quinzena do mês em curso, a participação de cerca de 1.500 atletas, vindos de vários municípios do Paraná, nos torneios de atletismo, das mais variadas modalidades. Os jogos foram realizados dentro dos mais sadios princípios de cordialidade, porém com o rigor e entusiasmo que as competições reclamam, todos em busca da vitória para as respectivas bandeiras. E, assim, depois de renhidas pelepas, e como não podia deixar de ser, os melhores atletas venceram as competições. E, aqui desta tribuna levamos os nossos cumprimentos às delegações de todos os municípios, vitoriosas ou não.

Vinte e três municípios se fizeram representar, demonstrando com este inusitado interesse, como o país avança no esporte, e como a juventude se apraz em competir, em lutar. Lembremo-nos, ainda, que nas competições internacionais, quando se firmaram as bases para o estabelecimento das Olimpíadas, uma frase genial se incorporou às lutas esportivas: O IMPORTANTE NÃO É VENCER, É COMPETIR.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná, pelo seu Departamento de Esportes, e com a orientação especializada do seu Diretor, Sr. Waldemar Ribeiro Gonçalves, tem elaborado o Plano 1976/1979, ESPORTE AO NÍVEL DO POVO — O resultado deste plano está se revelando altamente auspicioso.

Somente para exemplificar, vamos considerar que em 1974, em jogos desta natureza, 65 municípios tiveram sua participação com apenas 3.900 (três mil e novecentos) atletas; em 1975, se apresentaram as delegações de 154 municípios, com 9.450 participantes, e em 1976, já com o plano em desenvolvimento, na soma das competições nas várias regiões, houve a participação de 19.993 atletas, que representaram 200 municípios paranaenses.

É oportuno salientar a obra que o Governo vem realizando no interior do Paraná, facultando canchas de esportes a dezenas de municípios, criando assim, a oportunidade de todos praticarem uma atividade esportiva, cujo benefício extrapassa do esportista, à própria família, e desta, para a comunidade.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disputei um cargo eletivo pela primeira vez, em 1961, e nestes dezesseis anos de vida pública, sempre foi no cumpri-

mento de meu dever, no desempenho das funções a que me propus.

Jamais em todas as campanhas que participei, em qualquer discussão, em qualquer comício, sempre respeitei o adversário sem entrar na sua vida particular, assunto pessoal separado da política.

E não é agora, aqui em Curitiba, onde não dispufo eleição que vou entrar na vida pessoal, de um Vereador que eu também não conheço. Fui surpreendido com a notícia no “Diário do Paraná” um pouco diferente daquilo que dizíamos nesta Casa, em um aparte ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vi no “Diário do Paraná”, um comentário sobre o aparte que ofereci ao eminente líder, Deputado Luiz Roberto Soares. No final desta nota diz que: “Gilberto Carvalho denunciou na Assembléia, que Ivan Ribas doou terreno, doação da Assembléia, em troca de transferência de títulos de eleitor do interior, e os que concordavam com a transferência recebiam uma doação.”

O que eu disse está aqui nas notas taquigráficas e vou repetir:

“Fazendo referência ao comércio imobiliário, de engano e tapeação a esses pobres coitados que vêm do interior, sem nada conhecerem aqui em Curitiba, nós tomamos conhecimento na eleição passada, tomamos conhecimento, na eleição para Vereador em Curitiba, que candidato a Vereador da Oposição, correu barracos, pegando título de eleitor e levando o pessoal para fazer demarcação em Santa Quitéria, de terreno e entregando, dizendo que era uma doação de terreno da Assembléia, e que seria doado àqueles que entregassem o título e que era eleitor, vindo do interior.”

Se comentei, tomei conhecimento, Srs. Deputados, em novembro do ano passado, quando recebi em meu gabinete, um eleitor conhecido meu, da nossa região, do Vale do Itaipu, acompanhado de mais três que eu não anotei o nome, na época. Quem trouxe este fato ao meu conhecimento, foi o Sr. Natal Dias dos Santos, mas já eleitor aqui em Curitiba; já com o título transferido.

Quando eles me procuraram e perguntaram sobre esse terreno da Assembléia em Santa Quitéria; eu disse que a Assembléia não tinha terreno em Santa Quitéria; e que não entrassem num negócio desses porque não existia. E como esses companheiros meus não foram lesados, porque o negócio não foi concretizado; eu desconheci; não comentei mais o assunto e dei por encerrado.

Quando, na sexta-feira, vieram à tona as favelas de Santa Quitéria, em que se dizia que estava autorizado pela Prefeitura, a construção de casas naquela localidade, lembrei-me desta ocorrência em novembro do ano passado, quando eu comentei, evitando até de falar o nome do Vereador que eu por sinal não conheço.

Por insistência do Sr. Deputado Enéas Faria, tinha que responder, e citei o nome do Vereador; mas nada tenho contra o Vereador; não o conheço, não foram lesadas essas partes; embora houve a ocorrência.

Era o que eu tinha a dizer e informar a esta Casa. Não pretendo levar avante, fazer investigações, para procurar — se saíram as favelas; se foram construídas; se outros foram lesados; isto não tenho conhecimento.

Tenho conhecimento que fui procurado por esses amigos meus para mudança para aquela localidade, em troca do voto; cuja pessoa que acompanhou esse pessoal, é o cabo eleitoral por nome Barbosa, que eu também não conheço. Quando disse, o Vereador promoveu esta demarcação — eu entendo que quando o funcionário sob nossa responsabilidade, pratica algum ato, encaminhando a qualquer Secretaria, a qualquer Departamento, é feito em nosso nome. Por isso, disse que o Vereador fez a demarcação, encaminhado por esse cabo eleitoral seu, Sr. Barbo-

sa, que eu também não conheço.

Então esta é notícia, como disse, nas notas taquigráficas que consta, que tomei conhecimento deste fato.

Era o que eu tinha a informar à Casa, nesta tarde.

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos apenas fazer um pequeno registro de nossas andanças pela região do Norte Pioneiro, para informar ao Paraná que a nossa querida região acha-se mais uma vez em euforia; quando na sexta-feira, o asfalto que liga Joaquim Távora a Carlópolis e, daquela cidade a Passos dos Reis, ligando com o grande Estado de São Paulo, tivemos a honra e a satisfação de assistir o término da construção da fita asfáltica que este Governo de Jayme Canet Júnior, sob sua orientação e em consonância com o Departamento de Estradas de Rodagem e da Secretaria de Transportes, estão procurando dinamizar e aplicar o dinheiro do povo em benefício do povo, principalmente do nosso Norte Pioneiro.

Vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a euforia estampada no rosto daquela gente que na esperança de tantos anos, vê um sonho realizado, podendo assim dizer o nosso obrigado; daquela gente humilde, ao ilustre governo Canet Júnior, que não quer outra coisa a não ser o bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

É por isso, que nesta tarde de segunda-feira, 22 de agosto, deixamos registrado que, no Norte Pioneiro, trabalha-se, e o Governo está presente em todos os setores. Por lá andamos também, com o ilustre Secretário de Justiça, Odilon de Túlio Vargas, a auscultar, a ouvir as aspirações de nosso povo.

E qual não foi a nossa surpresa ao vermos uma estrada, feita com a rapidez que é peculiar ao Governo Jayme Canet, chegar à cidade de Carlópolis e até o fim do ano, haveremos de inaugurar o trecho que vai até Passos dos Reis, passando por minha cidade, Joaquim Távora, onde o acesso atravessa, hoje, a nossa principal avenida, devidamente asfaltada pelo DER, dirigido pelo ilustre Diretor Tancredo Benghi, sob a orientação do ilustre Secretário dos Transportes, Osires Stenghel Guimarães.

Era isso que queríamos deixar registrado nesta nossa passagem pela tribuna e, mais uma vez, dizer muito obrigado ao Governo Jayme Canet Júnior. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

À semana passada, levantei, nesta Casa, um assunto que me parecia, e me parece, da mais alta importância para a vida de uma parcela considerável da população de Curitiba. E mesmo que não fosse e que atingisse apenas a uma só pessoa, era nosso dever aqui vir alertar criticar e denunciar o que ocorria, e que estava prestes a ocorrer.

Volto a agradecer, já que prontamente atendido, o eminente Líder do Governo, nesta Casa, quando se dispôs a debater a questão, confrontando com alguns dados, tratando do assunto que parecia muito importante, para que as coisas fossem esclarecidas.

A nossa surpresa ocorreu quando, em meio a esse debate que se procurou manter em termos altos e elegantes, surge um honrado Deputado, para, em aparte, desvirtuar — e isso me pareceu a questão — para desvirtuar o rumo que o diálogo vinha encontrando.

O Deputado Gilberto Carvalho aparteia para denunciar que a Oposição, por um de seus membros, que a Oposição, por um dos seus homens, seria a responsável pelo problema criado, pela questão levantada.

Não pude aceitar — como não aceito — e creio que não aceitam companheiros meus desta Casa, que dúvidas possam pairar nesse caso.

Disse e me recorde das palavras com que insisti junto a S. Exa. para que declinasse os nomes para que afirmasse quais as atitudes que estavam sendo tomadas, e ao MDB, mais do que a quem quer que seja, cabe zelar pela sua integridade, pelos seus ideais, pelos seus membros.

Pensara que a questão af-se esgotara, e o problema, havido a denúncia, havida a afirmação taxativa por parte do Deputado, declinando, inclusive o nome de um Vereador de meu Partido, aqui em Curitiba, tinha para mim que à Assembléia jamais cabia se deter no problema.

A esta Assembléia e a seus membros, já não cabia — e não cabe — analisar o que ocorreria.

E mais ainda, nobre Deputado, nem mesmo ao meu Partido, ao MDB, cabe alguns procedimento de ordem judicial contra S. Exa.

A questão e o problema é de foro pessoa do Vereador, que teria sido, ou não teria sido atingido em sua honra. É o problema, do Vereador.

A questão, para mim, havia se esgotado ali. Procurei inclusive dirimir estas dúvidas, conversando com lealdade e com franqueza, quando vejo agora, da tribuna, o eminente Deputado Gilberto Carvalho reavivar a questão e remontar o problema da última quinta, ou, sexta-feira.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o que eu tinha que fazer pessoalmente, já o fiz, que o que o meu Partido tinha que fazer, está fazendo. O problema, na esfera judicial, não importa a este Deputado e nem compete ao meu Partido, é problema exclusivo do Vereador; se se sentiu atingido, haverá de tomar alguma providência. É também de alçada do eminente Deputado que se sentiu agredido ou ofendido, que haverá também de adotar algum procedimento. A mim o que me importa, a mim o que me interessa, a mim o que vale, é a questão que aqui denunciei, é o assunto que aqui trouxe e que espero ter oportunidade, se a bancada da ARENA hoje, talvez, quem sabe, oferecer número, possamos discutir, possamos debater e possamos deliberar sobre ele.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado do Paraná" na sua edição de sábado, 20 de agosto deste ano, estampa a seguinte manchete ;

"Pesquisa Agrônômica Sob Ameaça."

Tem toda razão este prestigioso jornal, quando afirma que a pesquisa agrônômica neste País, está sob ameaça.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, há exatamente 1 ano atrás, ocupei a tribuna desta Casa para denunciar ao Paraná e ao País, que, estava prester a ser enviado à Câmara Federal, um projeto de lei que levou o nome de Lei de Proteção dos Cultivares, e que, se esta medida se concretizasse ou, esta pretensão fosse transformada em lei, estaria sob ameaça não somente a pesquisa agrônômica do Brasil, mas, estaria sob ameaça a própria segurança nacional.

Dizia eu, Sr. Presidente, exatamente no dia 11 de agosto de 1975 — permitam-me ler aos Senhores, trecho do pronunciamento que fiz naquela ocasião ;

"Trago hoje ao conhecimento desta Casa, uma questão de grande importância.

Gostaria de convencer e mobilizar meus companheiros legislativos, para uma tomada de posição a respeito. O assunto é de tal gravidade, a ameaça é tão grande, a ousadia extraordinária, que não pode passar sem que este Poder soberano manifeste a sua posição.

Estamos vivendo uma quadra difícil da economia brasileira. A época da expansão econômica de alguns setores da vida



nacional, está terminada, a receber, agora, o golpe de misericórdia na área rural. Em um Estado como do Paraná, a situação é aflitiva. Não estamos dizendo que a vitalidade da economia rural brasileira terminou, ou não tenha condições de recompor-se da política econômica governamental, e dos flagelos climáticos.

Queremos apenas acentuar, que, dentro das expectativas do plano nacional de desenvolvimento econômico e com os estímulos que dá o Governo à agricultura, a nossa fonte produtora se está esgotando, exaurindo.

Se não bastasse a exploração das multinacionais, com a venda de sementes preparadas, com a comercialização e as exportações a configurar a crescente monopolização da economia e vida brasileira, agora se prepara o ato final do controle agrícola deste País.

Os monopólios estrangeiros vieram acrescentando leis e poderes à sua interferência cada vez maior em nosso País.

Sementes de alguns produtos, comércio de herbicidas, fungicidas e outros defensivos; fertilizantes, comércio e transportes de produtos agrícolas; estocagens, distribuição e comercialização de produtos e resultados industriais; exportações. Tudo vai montando uma teia de dominação em que o concorrente e o produtor nacional ficam manietados e desalojados a pequenas iniciativas não competitivas."

Dizia eu também, Sr. Presidente, que as multinacionais que operam neste País e que se transformaram num verdadeiro câncer que o organismo nacional, matando, aos poucos, a nossa economia, e porque não dizer também, afrontando a dignidade do povo brasileiro, já vinha se preparando naquela época, à espera da aprovação dessa lei a que me refiro.

Cito como exemplo na oportunidade, Sr. Presidente, a IPT., que é uma multinacional pertencente ao grupo SHELL e que está estabelecida em Cianorte, acaba de contratar o Dr. Milton Rocha, brasileiro, gaúcho, considerado a maior autoridade como melhorista de milho; a CIBA-GEIGY, multinacional que opera, inclusive, no ramo farmacêutico, adquiriu há pouco tempo a FUNKS, empresa nacional, que era especialista em melhoria de milho e feijão; a CARGIL, uma das maiores multinacionais nesse campo, se prepara, com técnicos nacionais, à espera desta lei, com sementes de milho e feijão; a PIONER, que está estabelecida em Londrina, está se preparando para vender sementes de milho, sorgo e de forrageiras.

Passaram-se 12 meses, Sr. Presidente. Naquela oportunidade, encaminhamos ao Sr. Ministro da Agricultura, aos Srs. Parlamentares paranaenses com assento na Câmara e no Senado, expediente denunciando e chamando a atenção para a importância de tal matéria. Eis que ressurgiu, agora, e vemos que o Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, Dr. Benjamin Hammerschmidt, endereça também o seu protesto, ao Sr. Ministro da Agricultura, contrário à aprovação, e solicitando a sustação desse projeto de lei.

Diz o Presidente da OCEPAR, nas suas declarações:

"Com a implantação da lei de proteção dos cultivos, é inevitável o domínio da pesquisa por poucos e de grandes grupos mediante a disponibilidade de capital e tecnologia superiores à nossa. Isto posto, não é necessário ser um gênio para se concluir a conveniente manipulação dos preços das sementes, a fim de se obterem maiores lucros e o sigilo indispensável àqueles desejosos de manterem sua hegemonia sobre o setor. Que restará então ao setor primário da Nação? Acaso não ficará marginalizada, ainda mais a pesquisa nacional?"

Afirmei aos Senhores Deputados que se tratava, acima da ameaça econômica, de um problema de Segurança Nacional.

Esta lei, o que pretende é criar e conceder patentes na melhoria de sementes. A verdade é que a pesquisa nacional nesse campo tem se comportado a contento. O Instituto Tecnológico de Campinas, tem oferecido aos produtores nacionais o melhor, qualidades em sementes e desses cultivos que a lei

quer tratar.

Mas sem que se queixem esses melhoristas de que o problema não seria somente de "know how", mas seria única e exclusivamente o problema de maiores recursos que o Governo deveria injetar neste campo de pesquisa.

A se transformar em lei tal pretensão, Srs. Deputados, posso assegurar a V. Exas., concordando inteiramente com a manifestação da OCEPAR, concordando inteiramente com o documento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, e concordando plenamente com a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, que abriram campanha dentro do setor agrônomo deste Estado, para solicitar das autoridades responsáveis, como também da representação parlamentar dos dois Partidos, para que se oponham à aprovação desta lei que, segundo informações, se encontra na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, para o devido Parecer.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, me permito sugerir ao Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, para que reúna extraordinariamente a sua Comissão e com a maior urgência, e que abra um diálogo franco e aberto com as áreas agrônomicas, deste Estado, para que se colha destes representantes a sua opinião sobre este assunto que é da maior importância, não só para o Paraná, como para toda a Nação Brasileira, no que diz respeito à sua produção agrícola e pastoril.

Enviarei, Sr. Presidente, proporei à Casa, o requerimento com o seguinte teor: (Lê)  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura - Dr. Alysson Paulinelli e aos líderes do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara e Senado Federal, para que apoiem as sugestões manifestadas pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, no que se refere ao Projeto de Lei de Proteção aos Cultivos.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1977."

Apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, para que esta Casa, para que este Poder através da sua Comissão competente analise com profundidade, com seriedade este assunto e que parte, mais uma vez, do Paraná, como há um ano atrás partiu a iniciativa de resistência contra esta pretensão, que se concretizada em lei, repito, virá a fazer com que as multinacionais, que desgraçadamente operam no território nacional, expandam mais suas metástases no organismo vocacional, que já está debilitada.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Restando 15 minutos no Grande Expediente, consulto ao Deputado Gilberto Carvalho, se deseja ocupar a tribuna.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu delino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência da mesma forma, consulta o Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito para falar no Grande Expediente.

Ausente S. Exa., consulto se o Sr. Deputado Nilso Sguarezi deseja ocupar o Grande Expediente, nos 15 minutos restantes.

Ausente o Sr. Deputado, consulto ao Sr. Líder Trajano Bastos, se deseja ocupar os 15 minutos regimentais, cedidos ao MDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se deseja ocupar os 15 minutos regimentais. — (Pausa). — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito embora, o assunto já tenha perdido a sua vigência, pelo menos no que diz respeito às explicações que incumbia o

Poder Executivo de prestar a esta Casa, não obstante, não estar mais vigente, mais uma vez, e apenas para louvar a palavra empenhada, volto a esta tribuna para, de uma forma definitiva, aduzir às informações já trazidas a esta Casa, na última sexta-feira, outras que confere clareza ao episódio do corte de luz pela COPEL no bairro de Santa Quitéria, objeto de uma denúncia feita pelo eminente Deputado Enéas Faria. E reafirmo que a COPEL efetuou apenas 29 cortes no fornecimento de energia elétrica a moradores daquela área.

Os cortes foram autorizados após a constatação de inúmeras irregularidades não contornadas pelos interessados após advertências verbais feitas por técnicos da COPEL.

Dentro das principais irregularidades, constatou-se que, 14 das 29 instalações se encontravam em péssimas condições podendo a qualquer momento ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis. Outras 14 instalações são interligações clandestinas com dezenas de barracos, aproveitando-se de precárias instalações, existindo inclusive, uma rede interna, partindo de determinado medidor, para atendimento a 15 casas.

A COPEL registrou ainda um caso grave de violação de lacre e interrupção do neutro. Todas essas irregularidades são determinantes do corte de ligação, segundo Portaria 378, de 17 de julho de 1975, do Ministério de Minas e Energia. Que alertados verbalmente e alertados ainda pelo corte temporário, e alertados ainda por escrito, os moradores devem procurar essas irregularidades sob pena de terem o fornecimento definitivamente suspenso pela concessionária.

Dezenas de outras irregularidades desse tipo e outras similares, são detectadas diariamente em Curitiba e em todo o Estado. Os cortes têm sido realizados e os consumidores enquadados sem alarde e dentro dos princípios da Lei e da Segurança.

Portanto, o fundamento jurídico do corte de eletricidade àquela área, se deveu à Portaria 378 de 26 de março de 75, do Ministério de Minas e Energia; que exatamente em seu item 51 diz: — “A concessionária deverá suspender o fornecimento, quando ocorrer fraude de consumo, interligações clandestinas, interferência nos medidores e condutores de ligações, e ainda poderá suspender o fornecimento por deficiências técnicas ou de segurança das instalações do consumidor e em casos de aumento de carga, sem prévia autorização por parte da concessionária.

Estão aí, portanto, os elementos que faltavam para adensar a explicação que nos foi solicitada pelo nobre Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Volto a dizer, e hoje já havia dito, que me sinto gratificado pelo esforço que tem feito V. Exa. no sentido de esclarecer, não mais a mim, mas esclarecer à Casa, e a quem mais possa interessar esta questão. Trazendo alguma informação a respeito do incidente verificado em Curitiba, no Bairro de Santa Quitéria. Creio que V. Exa. embora não pessoalmente, não possa se responsabilizar, Deputado, não traz ainda, o total das informações capazes de dirimir as dúvidas e de tranquilizar aquela população. Por isso ainda pretendo insistir com o requerimento que apresentei à Casa, buscando colher informações ainda da COPEL, ainda da SANEPAR, ainda da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Não posso lhe afirmar à luz de uma legislação interna da COPEL e da ELETROBRÁS, que confesso não conhecer em minúcias. Não posso lhe afirmar se algumas regras ou algumas normas, foram descumpridas. O que posso dizer é que não ocorreu fraude; porque em todo o momento, em todo o instante, a energia ali consumida, foi paga pelos moradores, mesmo através das interligações, mesmo através das redes como conceitua V. Exa.

Foram pagas e rigorosamente em dia, pelos moradores. Não deixei de explicar à Casa e não omiti este fato, que um medidor, que um relógio, servia tantas vezes a 2, 3, 4, 5 ou mais residências. Não sei se isso fere as normas da COPEL; não sei se isto colide com os dispositivos de segurança da COPEL.

De qualquer forma agradeço o que pode fazer V. Exa.. Agradeço seu interesse em trazer as informações que trouxe. Mas, volto a dizer-lhe que ficarei satisfeito quando pudermos ter aqui, a palavra oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba, da SANEPAR e da COPEL. Porque ao quanto parece, não se esgota, neste episódio, o corte do fornecimento de energia elétrica; não se esgota aí a intensão do poder público.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, respondendo em partes:

1 — A Prefeitura, já foi dito, desenvolve um programa de preservação dos fundos de vale; e tem a seguinte orientação — não permite construção de novas casas, de novos barracos e pretende, gradativamente, através de um plano de desfavelamento, limpar tais áreas que de alguma maneira colidem, com a pretensão da Prefeitura que é exatamente preservar os chamados “Fundos de Vales”.

A SANEPAR não teve nenhum envolvimento, nem direto, nem indireto, com o episódio, não cortando, absolutamente nenhuma ligação. E se lá, não há uma rede de água, não se deve em nenhuma hipótese ser debitada à Prefeitura ou à uma orientação da Prefeitura. Na realidade a COPEL, volto a afirmar, não se vincula ao episódio, nem por via direta, nem por via indireta. A COPEL, já disse, suspendeu o fornecimento de energia elétrica por todas estas razões e até pode entrar para o anedotário paranaense, o caso verificado numa das residências em que o dono, clandestinamente, fazia concorrência à própria COPEL, pois interligava nada menos do que 15 residências. Possuindo, inclusive, uma rede interna de distribuição de energia elétrica, o que, evidentemente, pode ser enfocado como uma tentativa de concorrência com a COPEL. Não sei se esse cidadão foi bem sucedido nessa sua disputa comercial com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, e outras tantas irregularidades.

De maneira que o ponto de vista da administração pública — me parece — que seu requerimento teria obtido as informações que V. Exa. desejava.

De qualquer maneira, a insistência da aprovação dele é um direito que, regimentalmente, lhe é deferido.

Antes de deixar a tribuna, reafirmo e faço convite a todos os Srs. Deputados porque, amanhã, às 10,00 horas, na Sala das Comissões, comparecerá o Sr. Presidente da COPEL, a fim de ser indagado, questionado, pelos Srs. Deputados e dizer da posição da COPEL no que diz respeito à política energética do Estado do Paraná e, principalmente, com relação à intocabilidade da Usina Foz do Areia que continuará dentro do acervo da COPEL. Não correndo nenhum risco a propalada transferência dessa Usina para o Governo Federal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 26/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 8/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”, da mesma cidade. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CSP., por unanimidade. — APROVADO.

## Projeto de Lei Número 26/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A ;

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha” da cidade de Contenda, havido pleo Instituto de Assistência ao Menor, por escritura pública de doação, transcrita sob o No. de ordem 34.046, às fls. 202, do Livro No. 3-AI, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2o. — A donatária deverá assumir as seguintes obrigações:

- a) Conservar o nome atual de Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”;
- b) destinar a metade das dependências ao Hospital e Maternidade ao atendimento dos doentes pobres e seus internamentos e para fim de maternidade das gestantes pobres;
- c) manter médicos diariamente e entregar a administração do Hospital e Maternidade às Irmãs de Misericórdia;
- d) finalizar as obras do Hospital e equipá-lo.

Art. 3o. — O imóvel objeto da doação de que trata esta lei, somente poderá ser utilizado para fins hospitalares.

Obedecidas as obrigações constantes do art. 2o., não podendo em qualquer tempo, ser transferido ou alienado a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná (IAM), independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1977.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI NÚMERO 26/77

## P A R E C E R

A proposição do Sr. Governador do Estado, visa doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”, da mesma cidade, havido, tal imóvel, pelo Instituto de Assistência ao Menor — IAM, conforme escritura pública de doação transcrita sob o No. 34.046, perante o Cartório do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Nenhum óbice legal ou constitucional desponta para que se oponha à justificada pretensão, que merece guarida.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI NÚMERO 26/77

## P A R E C E R

1. Oriundo da Mensagem Governamental No. 58/77, o presente plano de lei tem por finalidade a doação de imóvel estadual que especifica, à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda.

2. Sobre a matéria, já houve pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

3. Embora reconhecendo que o presente projeto de lei trata de matéria estranha à competência desta Comissão, tendo em vista o que dispõe o Art. 49, do Regimento Interno da Casa, nosso parecer é pelo conhecimento e aprovação deste plano de lei, por se tratar de matéria de elevado mérito, conforme nos dá conta a Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

Pela aprovação, é o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente;

Aguiinaldo Pereira Lima, Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI NÚMERO 26/77

## P A R E C E R

1. Encaminha o Poder Executivo a esta Assembléia, por intermédio da Mensagem 58/77, de 10 de março do corrente ano, projeto de lei objetivando autorizá-lo a doar à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA, o imóvel onde se acha instalado o Hospital e Maternidade “Miguelina Franco e Eliza Padilha”.

2. O plano de lei em destaque foi apreciado pelas douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais recebeu pareceres favoráveis.

3. Quanto ao mérito, convence-nos a justificativa expressa na Mensagem acima referida, bem como os itens b, c e d do artigo 2o., do projeto de lei ora em exame.

4. Em face de tais argumentos, somos pelo acolhimento da citada proposição autorizatória.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1977.

(aa) David Federmann, Presidente; Paulo Camargo, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 27/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem No. 59/77, encaminhando anteprojeto de Lei que visa transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo-PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. C.F. e C.T., por unanimidade.— APROVADO.

## PROJETO DE LEI NÚMERO 27/77

## A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## D E C R E T A :

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, para integralizar o aumento de Capital, mediante escritura pública, os seguintes imóveis:

I — FURNAS — Parque Estadual de Vila Velha.

Terreno rural, com a área de 59.688,4639 metros quadrados, ou seja 6 hectares aproximadamente, situado no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, conforme transcrição No. 17.201 do Livro 3.F. Confronta-se de norte à sul e de leste à oeste com o restante do mesmo imóvel.

II — LAGOA DOURADA — Parque estadual de Vila Velha.

Terreno rural com áreas de 106.011,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no Município de Ponta Grossa, de propriedade do Estado do Paraná, havido por transcrição No. 17.201 do Livro 3.f. Confronta-se de norte a sul e leste a oeste com o restante do imóvel.

III — GRUTA DE CAMPINHOS — Parque Estadual de Campinhos.

Terreno rural com área de 112.811,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no Município de Bocaitva do Sul, de propriedade do Estado do Paraná, havido conforme transcrição No. 1696 do Livro 3-B. Confronta-se a norte e sul, leste e oeste com o restante do imóvel.

IV — GRUTA DO MONGE — Parque Estadual do Monge.

TERRENOS — Compreendendo três imóveis de propriedade do Estado do Paraná, com as seguintes áreas:

a) — 10.278,00 m<sup>2</sup>., constante da escritura lavrada no Livro No. 81-N às fls. 48v do 10o Tabelião de Curitiba. Confronta-se ao norte, leste e sul com terrenos do Estado e o oeste com terras do Município da Lapa.

b) — 7.666,00 m<sup>2</sup>., constante da transcrição No. 28.178 do Livro 3-A, fls 15 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa. Confronta-se ao norte com o imóvel de Frida Mayer e ao sul com terreno do Município da Lapa.

c) 16.760,00 m<sup>2</sup>., constante da escritura pública lavrada no Livro 242-N às fls. 64v do 7o. Tabelião de Curitiba. Confron-



ta-se ao norte com terrenos do Município da Lapa e ao sul, leste e oeste com terrenos do próprio Estado.

Art. 2o. — A transferência de que trata a presente lei, será procedida de avaliação dos bens e do preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1977.

(a) Poder Executivo.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 27/77

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental No. 59/77, de 10/03/77, objetiva o presente projeto de lei transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, bens que especifica, de propriedade do Estado.

Sem dúvida, a pretendida transferência dos bens aqui referidos consulta os interesses da administração, de vez que apresentam os interesses da administração, de vez que apresentam eles grande interesse turístico, e encontra guarida no estabelecimento pelo § 3o., do art. 10, da Lei 5.948, de 27/5/69 (Lei Orgânica da Paranatur), o qual preceitua que para a integralização ou aumento do capital da PARANATUR, poderão, mediante lei especial, ser transferidos bens de propriedade do Estado do Paraná, que apresentem interesse turístico.

Não há impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa oferecer obstáculo à tramitação normal por esta Casa do presente plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Ezequias Losso, Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 27/77

PARECER

O presente Projeto de Lei Número 27/77, encaminhando através da Mensagem Governamental Número 59/77, tem por finalidade a transferência para o patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, os bens de propriedade do Estado, que especifica.

Justificando a medida proposta pelo Executivo, argumenta-se o grande interesse turístico dos bens a serem transferidos, bem como a consonância de tal transferência com as disposições legais preceituadas no § 3o., do Art. 10, da Lei 5948, de 27/5/69 (Lei Orgânica da Paranatur).

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, argumentando sobre a sua constitucionalidade e legalidade.

No âmbito dessa Comissão de Finanças, temos que a matéria reveste-se de alto interesse para a Administração, e desde que no seu Art. 3o. prevê o projeto que a transferência aludida será precedida da competente avaliação dos bens, não há que se opor contra a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1977.

(aa) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

### COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI NÚMERO 27/77

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental No. 59/77, de 10/03/77, tem por finalidade o presente projeto de lei transferir ao patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, bens que especifica, de propriedade do Estado.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de

Finanças já se pronunciaram favoravelmente à matéria.

O próprio texto da Mensagem Governamental nos convence da sua conveniência e oportunidade.

No âmbito desta Comissão de Turismo, nada encontramos que possa servir de obstáculo ao trâmite normal do presente plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de agosto de 1977.

(aa) Nelson Buffara, Presidente; David Federmann, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 32/77, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO.

### PROJETO DE LEI NÚMERO 32/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba desta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Presbiteriana de Curitiba, instituída por membros da Igreja Presbiteriana de Curitiba, sede à Rua Comendador Araújo, 343, nesta Capital, nos termos da escritura lavrada em notas do 10o. Tabelionato de Curitiba, cujo Estatuto Social está registrado sob o No. 1865, do Livro A-1 de Pessoas Jurídicas do 2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos, é uma entidade que tem como objetivo principal "prestar assistência e assessoria a entidades, serviços e programas de natureza religiosa, educacional e social", conforme dispõe o artigo 3o. do Estatuto.

A Fundação não remunera seus diretores e dirigentes e nem distribui lucros ou outra qualquer vantagem sob nenhuma forma ou pretexto (art. 9o); bem assim a entidade aplica suas rendas no País, destinando-as integralmente aos fins institucionais.

Os dirigentes da Fundação (Diretoria e Conselho Curador) Art. 43 e 44, Estatuto) são pessoas de reconhecida idoneidade moral).

Trata-se de entidade do mais alto valor social, eis que seus objetivos dirigem-se a medidas positivas de caráter benéfico, educacional e filantrópico, justificando-se plenamente seja reconhecida de utilidade pública estadual.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 32/77.

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Maurício Fruet, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba.

Foram anexados certidão da constituição do Conselho Diretor daquela Fundação, bem como cópia dos seus estatutos, os quais foram devidamente registrados no 2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos desta Capital.

Dia 26 de junho do corrente ano, a entidade em tela completou um ano de funcionamento.

Segundo consta do art. 9o, de seu estatuto, nenhum membro da Diretoria ou Conselho percebe qualquer remuneração.

Sua programação, entre outros itens, abrange serviços de assistência religiosa, social, benéfico e filantrópica.

Tratando-se, portanto, de entidade do mais alto valor social, conforme justifica o ilustre parlamentar proponente

deste plano de lei, e considerando que foram preenchidos todos os requisitos exigidos para ser declarada a pleiteada utilidade pública, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 40/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que autoriza o Poder Executivo a doar à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA de Imbituva, o imóvel que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 40/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o PODER EXECUTIVO autorizado a doar à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IMBITUVA, sociedade civil fundada em 14 de janeiro de 1940, pia e beneficente, sem fins lucrativos, sediada no Município de Imbituva, com seus Estatutos registrados no Cartório de Joanides Gomes da Silveira em 20 de fevereiro de 1942, por extrato sob No. 10, às fls. 4 do Livro de Inscrições de Associações, o imóvel situado naquele município, à Rua Tiradentes No. 5, fazendo esquina para a Rua Dr. Lindolfo Pessoa, sob No. 1, constituído por um prédio a cal o primeiro andar e o segundo de tijolos duplos, medindo de frente naquela rua quinze metros e setenta centímetros, e neste dezoito metros e setenta centímetros, e o terreno onde está ele edificado medindo trinta e seis metros e setenta centímetros, em quadro, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, em 4 de abril de 1930, no Livro 3-A, fls 364 e número de ordem 7334.

Art. 2o. — A donatária não poderá, em tempo algum, e sob qualquer pretexto, modificar a finalidade da sociedade relativa à assistência médico-hospitalar gratuita a que se propõe, sob pena de reversão para o Estado do Paraná o imóvel objeto da presente doação.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1977.

ALFREDO GULIN.

## JUSTIFICATIVA ;

A Santa Casa de Misericórdia de Imbituva é uma sociedade civil, fundada em 14 de Janeiro de 1940, pia e beneficente, sem fins lucrativos.

São duas finalidades:

1. Dispensar assistência médico-hospitalar gratuitamente ou não àqueles que a procurarem, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo, idade ou religião;

2. Manter serviços adequados para a pesquisa e ensino de acordo com suas possibilidades.

3. Tempo indeterminado de duração da sociedade. Constituem o patrimônio da sociedade os seus imóveis, móveis e utensílios, aparelhos, instrumentos, veículos, títulos de créditos diversos, obtidos por qualquer meio de direito.

Suas fontes de renda se originam na sua receita patrimonial e hospitalar, contribuição dos Irmãos (associados), doação de qualquer natureza e subvenções federais, estaduais e municipais, destinada ao custeio das despesas de conservação dos seus serviços e ampliação do patrimônio.

Não é permitida a distribuição de lucros a quem quer que seja, sob qualquer forma ou pretexto.

O seu patrimônio, em caso de extinção, será doado ao Município de Imbituva ou a outra Entidade da mesma finalidade, desde que a obra seja continuada.

Pelo exposto, a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva

é uma instituição filantrópica, visando atender, em especial, às pessoas necessitadas daquele município.

E o único nosocômio instalado no município, tornando portanto, imprescindível o seu funcionamento.

Ela vem ocupando, há algum tempo, parte do imóvel a que se refere o presente ante-projeto de lei.

Entretanto, com o desenvolvimento do município e o natural crescimento da sua população, a demanda tem se verificado em ordem crescente, o que já tornou as atuais instalações insuficientes para atendimento da real necessidade do Hospital.

Há necessidade premente de ampliação das suas instalações, como ocupação obrigatória de todas as dependências do imóvel.

Muitos melhoramentos deverão ser introduzidos no imóvel para seu adequado aproveitamento, com reflexos positivos em favor das pessoas carentes de assistência médico-hospitalar.

Porém, tendo em vista as finalidades da Instituição e considerando ser ela a única no gênero no município de Imbituva, prestando serviços imprescindíveis e incalculáveis à sua população há mais de 25 anos, torna-se a sociedade credora da eterna gratidão do seu povo e, também, por missão tão nobre, merecedora do apoio incondicional das autoridades, tanto municipal como estadual e federal.

Assim sendo, nada mais justo que o Estado do Paraná se incorpore à campanha meritória empreendida há anos seguidos por essa Instituição, dando-lhe todo o apoio de que necessita e lhe permita desenvolver livremente, os seus serviços no imóvel por ela ocupado, doando-lhe o mesmo, para ampliação do seu patrimônio, que, por certo, somente trará benefícios vitais à sua expansão.

Essa expansão lhe proporcionará a consolidação de seu funcionamento para o futuro.

Essa doação é inevitável, será a garantia de continuação ininterrupta da assistência.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 40/77

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a alienar, por doação, à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IMBITUVA, o imóvel havido pela transcrição número 7334, às fls 304 do Livro 3-A, do Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva.

O plano de lei ora em exame vem articulado e justificado, obedecendo, assim, o que preceitua o art. 123 do Regimento Interno.

A referido iniciativa não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a bem posta justificativa que a acompanha.

Em face das considerações expendidas, somos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Maurício Fruet, Relator.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 40/77

PARECER

Esta Comissão nada tem a opor com referência ao Projeto de Lei número 40/77, do nobre Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo a doar a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, imóvel que nele especifica.

Somos pela aprovação, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977

(aa) Del Ciel, Presidente; Lúcio Machado, Relator



1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 233/77, de autoria da CCJ, Mensagem 62/77, ex-Proposição 351/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PAULO FRONTIN, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o "GRUPO ESCOLAR XAVIER DA SILVA", na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pelas razões anteriormente já expostas, requeiro de V. Exa. a gentileza de anotar o meu voto contrário na votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Anotação procedida. Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

Sobre a mesa, expediente, firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, indicando o Sr. Deputado Nelson Buffara, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES, PARA ANOTAR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edvino Wisnievies, ocorrido na cidade de Rio Negro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto e pesar pelo falecimento do Sr. João de Oliveira Braz, ocorrido na cidade de Rio Negro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura e aos Srs. Líderes do MDB, na Câmara Federal e Senado, para que apoiem as sugestões manifestadas pela OCEPAR e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, no que se refere ao projeto de lei de proteção aos cultivadores.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Aramys Bertoldi, pelos relevantes serviços profissionais, que vem prestando ao esporte do Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando seja registrado, nos Anais da Casa, a passagem, no dia de hoje, do centenário do nascimento do Sr. José Lacerda.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado para que, perante este Poder Legislativo esclareça as denúncias enviadas por funcionária daquele órgão previdenciário.—

O SR. TRAJANO BASTOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não posso afirmar, mas, fatos e ocorrências levam-me a crer que a ilustre e digna bancada da ARENA nesta Casa, pretende derrubar o requerimento do ilustre Deputado Adalberto Daros, que pretende a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado — IPE.

Sinceramente, Sr. Presidente, permitam-me, Srs. Deputados, sabem V. Exa. das dificuldades, do despestigamento,

da evasão de competência que o Legislativo brasileiro vem sofrendo através dos tempos.

A sua competência primordial, que seria a de legislar, vem, em consequência do centralismo que vive esta Nação, hoje, perdendo, paulatinamente, esta competência.

Resta-nos, ainda, Sr. Presidente, e é preciso que se conserve, a competência para fiscalizar todo e qualquer ato público dentro do seu Estado.

Não quero com isso, Sr. Presidente, fazer acusações ao Exmo. Sr. Superintendente do IPE.

Se alguma acusação foi feita, ela o foi pelo Deputado que foi à tribuna.

Mas, devo até dizer e solicitar aos ilustres Srs. Deputados da ARENA, o seu apoio a este requerimento, porque acredito e quero crer que não há o que temer, Sr. Presidente.

É preciso que desapareça esse temor que paira sobre este Poder, cada vez que se pretende ouvir um Secretário de Estado, ou uma autoridade da área do Executivo.

Quero significar que todas estas ilustres autoridades que até agora aqui compareceram, convocados ou a convite, tiveram o tratamento de que são merecedores.

Não houve por parte de nenhum Deputado, em ocasiões como esta, qualquer desrespeito, qualquer termo ofensivo à autoridade que se propôs aqui vir.

Não vejo porque, então, Sr. Presidente, que desde o dia 18 de agosto, dia que deu entrada esse requerimento, tenha se usado de artifícios para que este requerimento não tenha sido até agora votado.

É necessário, Sr. Presidente, que esta autoridade aqui compareça, e desminta e prove ao contrário do que lhe foi atribuído.

Estaríamos, inclusive, com esta atitude, dando uma oportunidade que não teria talvez o Superintendente do IPE para, a nível de parlamento, fazer a sua defesa.

E faça a sua defesa e use do direito que tem, porque já nos basta, Sr. Presidente, que tantos brasileiros tenham sido atingidos neste País e não têm o direito à defesa.

Então é até uma atitude de coerência do nosso Partido, oferecer esta oportunidade ao Sr. Superintendente do IPE, que recebeu de Deputado deste Legislativo acusações que o público quer saber se são verdadeiras ou não.

E é nestas condições e com o respeito que merece o ilustre líder da ARENA, que apelo a V. Exa. e que solicite a sua bancada o apoio a este requerimento, para que aqui possa comparecer o Sr. Superintendente do IPE e que lhe seja dada a oportunidade de desmentir ou de confirmar o que aqui foi dito com respeito a sua atuação, frente àquele Instituto.

Era isto, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não anima a bancada da ARENA, nesta Casa, nenhuma tentativa de obstaculizar a ação investigadora deste Poder, e muito menos ao seu poder fiscalizador.

Todavia, entende a bancada da ARENA que nos termos em que foram vazados os requerimentos do Deputado Adalberto Daros, desde logo foram de suspeita grave ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Por isso mesmo, para que pudesse ser analisada com detença a solicitação do Sr. Deputado Adalberto Daros, a liderança do Governo da ARENA, delegou ao eminente Deputado Erondy Silvério a missão de trazer a esta Assembléia todos os esclarecimentos ali solicitados.

Digo ainda, que esta Casa tem recebido com inusitada

frequência, a presença de Secretários de Estado sempre que convidados ou convocados, para aqui falar das suas respectivas áreas de atuação.

O Governo nada tem a esconder, nem pretende e nem daria o seu assentimento a quaisquer irregularidades cometidas por seus funcionários.

Razão pela qual, neste momento, assumo o compromisso de num breve espaço de tempo aqui trazer o Superintendente do IPE, para que seja questionado por todos os Deputados.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros.—  
APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Adalberto Daros, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.  
Pausa.

Treze (13) Srs. Deputados aprovam.

Oito (8) Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que determine ao Sr. 1º. Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende e solicita ao Sr. 1º. Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

É FEITA A CHAMADA.

Responderam a chamada 26 Srs. Deputados.

Não há quorum para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio ao Sr. Governador do Estado, das notas taquigráficas do pronunciamento feito da tribuna, bem como das fotocópias numeradas e rubricadas em anexo.— EM DISCUSSÃO.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes à COPEL, SANEPAR e PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, no sentido de ser dado melhor atendimento ao bairro de SANTA QUITÉRIA.— Em discussão.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encaminhando a íntegra da denúncia formalizada nesta Casa, e que dá conta do menosprezo e desatenção do Instituto de Identificação, da Secretaria de Segurança Pública do Estado, para com os pretendentes aos documentos por ele expedidos e, principalmente, para com os estrangeiros, sobretudo de origem portuguesa.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 26, 27, 32 e 40/77, e de Resolução número 233/77.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/77, marcando ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 23, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 159/77.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 617/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7985, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar o funcionário DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula 062, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Judiciária, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 618/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6201, de 23 de junho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I - designar, SÉRGIO VALÉRIO ANTONUCCIO, matrícula 433, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pra prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria; e II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 18 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA NÚMERO 619/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7896, de 12 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I— revogar a pedido a Portaria 310/77, de 27 de abril de 1977, na parte que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, o funcionário RUY DA FONSECA PEREIRA, ora à disposição deste Poder.

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

##### PORTARIA NÚMERO 620/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6378, de 19 de junho de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar o funcionário JOSÉ ANGELI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Presidência, no período compreendido entre 01 de junho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 621/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7976, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, do funcionário MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula 315, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 622/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 6463, de 30 de junho de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar o funcionário LELINGTON LOBO FRANCO, matrícula 421, ocupante do cargo de nível PL“19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 623/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7875, de 11 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar a funcionária MARIA SOCOLOWOSKA SCOMP, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, no período compreendido entre 05 de agosto a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 624/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7876, de 11 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o funcionário AUGUSTINHO BORGES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços no Gabinete do Deputado Wilson Fortes, da Aliança Renovadora Nacional, no período compreendido entre 08 de agosto a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 625/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7953, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria No. 637/76, da funcionária UMBELINA CARRARO SANTOS, matrícula No. 461, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 626/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7891, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula 212, ocupante do cargo de nível PL“17”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 17 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 627/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7949, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, do funcionário DURVAL DAROS, matrícula 065, ocupante do cargo de nível PL“30”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 628/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7951, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder ao funcionário FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula 516, ocupante do cargo de nível PL“20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 01 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral.

**PORTARIA NÚMERO 629/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7818, de 10 de agosto de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 592/77, da funcionária CELI EUCLÉIA GALLIANO, matrícula 415, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.



Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 630/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 7921, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder ao funcionário GIOACCHINO SUGAMOSTO, matrícula no. 549, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 22 de agosto de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 631/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6866, de 13 de julho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E ;**

revogar, a pedido, a Portaria no. 320/77, de 02 de maio de 1977, que designou o funcionário NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula no. 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, da Aliança Renovadora Nacional.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 632/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5499, de 06 de junho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar o funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula no. 045, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Judiciária, a partir de 1o. de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 633/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4482, de 26 de abril de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar a funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula no. 472, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe da Divisão de Protocolo Geral, a partir de 1o. de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 634/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 6374, de 29 de junho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar a funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula no. 262 ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe da Divisão das Comissões, a partir de 1o. de julho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 635/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3953, de 05 de maio de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Social, a partir de 1o. de abril de 1977:

JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO - Médico - PL "30" - Mat. 047

EDGAR SANTOS BUQUERA - Médico - PL "28" - Mat. 485

ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO - Médico - PL "26" - Mat. 495

NELSON EMILIO MARQUES - Médico - PL "26" - Mat. 352

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 636/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 6401, de 30 de junho de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, das funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

LADY CUNHA - Taquígrafa - PL "26" - Mat. 444

LILIAN MARY DOS SANTOS REBÊLLO - Taquígrafa - PL "26" - Mat. 437

LEONOR HILGERT MORAES - Taquígrafa - PL "22" - Mat. 078

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 637/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7980, de 16 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANGELINA GARCIA PACHECO - Mat. 183

JOSÉ TARQUINIO ISFER - Mat. 125

MARIA DOLORES TÚLIO BARVIK - Mat. 218

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral